

**HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA FACE SECRETA SOB A FACE “NEUTRA”**

Rafael Muniz Azevedo (UEPA)

rafael_leaoazul@hotmail.com

Edilson Peixoto Moraes Filho (UEPA)

edhyllson@hotmail.com

*Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva
(UEPA)*

Ao estudarmos, a partir de um prisma histórico, qualquer fenômeno social, poderemos, com grande probabilidade, recair em pontos de vista diferentes. Tal situação ocorre devido ao fato, diga-se de passagem, já frisado pelo Materialismo histórico, da história ser feita de um lugar (isto é, de um contexto sociocultural, político determinado) e também por está pautada por marcas ideológicas. Sendo assim, o trabalho dos historiadores está de certa forma, marcado pelo relativismo e pela subjetividade, haja vista que o historiador, por ser um sujeito histórico, elaborará sua leitura acerca de um determinado evento, tendo em mente as leituras e horizontes que o afetam.

A esse respeito Barros afirma que:

Historiadores de diferentes épocas (afetados por distintas “perspectividades”), com diferentes expectativas sobre o futuro (sujeitos a produzir diversificadas “retrospectividades”), e mergulhados nas suas singulares “particularidades” (pertença a identidades diversas), selecionarão elementos distintos das fontes históricas por eles constituídas. Da documentação disponível, das evidências que poderiam estar acessíveis à operação historiográfica, dos conteúdos empíricos diversos, da experiência histórica, enfim, os diversos historiadores só conseguirão extrair determinadas informações e não outras, só poderão elaborar certas leituras que se relacionam aos problemas e horizontes de leitura que os afetam.

Cabe, porém, ressaltar que a consciência sobre o relativismo de todo ponto de vista, não pode fazer com a operação historiográfica caia no imobilismo. Reconhecer as implicações da relatividade de todo ponto de vista para história e, concomitantemente, o fato da historicidade influenciar o historiador, não nos autoriza considerar a historiografia como algo inoperável. Barros sobre isso diz que o:

Relativismo absoluto- se pudermos utilizar com alguma ironia esta paradoxal expressão- pode levar, no limite, a se considerar que, no decurso da historiografia, só há opiniões, todas válidas, e que estas diversas opiniões e análises

ses que emergem dos trabalhos dos historiadores estão sempre destacadas umas das outras, presas aos seus presentes e as subjetivadas pessoais de cada historiador [...] O relativismo útil, contudo, é aquele que - ainda que considere a relatividade de cada posicionamento historiográfico e análise, e, na verdade exatamente por isso - reconhece que na historiografia há algo de se acumula e que contribui dialogicamente para as futuras análises historiográficas, assim como, da mesma maneira existe também um descarte a ser considerado [...].

Tendo em vista o que foi dito, pode-se afirmar tranquilamente que a língua, por ser um fenômeno eminentemente social e, portanto, político não escapará das marcas e investidas ideológicas, que serão realizadas por aqueles, cuja preocupação é estudá-la também a partir de um verniz histórico.

Sendo assim, neste artigo, entreteceremos algumas considerações acerca da origem da língua portuguesa, buscando apresentar uma versão não convencional, isto é, uma versão cuja presença, nos tratados tradicionais de linguística histórica e nas gramáticas do mesmo gênero, não foi concedida.

Por volta dos meados do século XII, quando o conde Afonso Henriques, após uma vitória contra os mouros, durante a batalha de Ourique, se autoproclamou rei de Portugal (“Rex Portucalensis”), com certeza, a língua utilizada em seu Condado Portucalense não era do ponto de vista estrutural, sistêmico diferente da língua que os falantes da Galiza falavam. Certeza tal pode ser alicerçada no fato da documentação escrita, que sobrevive desde aquelas épocas longínquas, tanto produzida na Galícia, quanto no território que se chamaria Portugal ter sido registrada em uma língua que podemos dizer que é uma. Ademais, os estudos de cunho linguístico têm mostrado que existem profundas semelhanças entre o galego moderno e o português falado quer na Europa, quer no Brasil, mormente entre as variedades do norte de Portugal com as variedades do sul da Galiza, comprovando, assim, a relação de descendência direta do galego para o português.

Acerca do que foi dito, devemos mencionar as ideias de Esperança Cardeira:

À entrada do ano mil, no noroeste peninsular, a Galécia Magna, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro abarcando, ainda, uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares. [...] Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa. [...] Antes de Portugal, antes do Português, no limiar do século X, já estava constituído um romance. [...] (2006, p. 36-37).

Ora, Cardeira ao dizer claramente que em toda a Galécia Magna já estava sendo utilizado um romance “com contornos peculiares” e ao dizer também que ainda não existia Portugal e, por conseguinte, a língua portuguesa, a autora não nos dá outra opção senão a que aponta para a seguinte afirmação: a língua utilizada na Galécia Magna era pura e simplesmente o galego. No mesmo gesto, as palavras supracitadas de Esperança Cardeira colocam em xeque a existência mesma do termo híbrido galego-português, de vez que como seria possível do ponto de vista cronológico existir hibridismo tal, antes mesmo do surgimento da entidade política chamada Portugal? Ou seja, “Por que chamar de galego-português uma língua que surgiu “antes de Portugal, antes do português [...]?” (BAGNO, 2011).

Dito isto, somos obrigados a fazer uma sucinta, porém profunda reflexão: os nomes que são dados às línguas nada mais são do que o resultado de discussões de ordem política, cultural, ideológica e econômica.

Vale ressaltar que foi apenas no século XIX que os filólogos lusos criaram o termo galego-português, termo esse utilizado para denominar a língua da rica produção artística medieval. A denominação galego-português não aparece, antes do século XIX, em nenhum documento antigo. Sobre isso, Bagno diz que “quando se faz alguma referência à língua da poesia medieval, o nome que aparece é galego.” Além disso, o mesmo autor frisa que o termo

Galego-português foi cunhado como uma espécie de compromisso ideológico entre duas tensões: o reconhecimento de que a língua da poesia medieval era basicamente o galego, e o anseio, de inspiração nacionalista, de incorporar aquela produção literária ao patrimônio cultural do povo português.

Além do que foi dito, cumpre, porém, salientar que Monteagudo (1999, p. 119-121), após realizar um precioso levantamento acerca das denominações atribuídas ao galego, afirma que

A denominação que recebia a língua dos cancioneiros, ao menos nos ambientes eruditos e trovadorescos [...], era a de galego, e convida-nos a questionar a moderna denominação, surgida nos ambientes filólogos lusitanos de finais do século XIX, de galego-português.

É digno de nota o fato da Galiza, enquanto território físico e cultural, sempre ter ficado a margem e distante dos grandes centros políticos, econômicos e culturais da Espanha. Acredita-se que essa situação marginalizada, na qual a população da Galiza esteve (e até hoje está) inserida, contribuiu para que os estudiosos portugueses não confirmassem a evi-

dente filiação histórica direta que há entre o galego e o português, filiação que, por sinal, pode ser comprovada por meio de uma análise que tenha como prisma os aspectos histórico e geográfico. Ora, seria extremamente constrangedor, ainda mais para um povo soberano e “descobridor” como o português, afirmar aos quatro ventos que na sua genealogia linguística, a língua galega constituiu-se como um divisor de águas, visto que nada mais é a língua portuguesa senão a continuação histórica do galego, levado ao sul a medida que os reis portugueses aumentavam os limites dos seus territórios.

A bem da verdade, não foram exclusivamente os filólogos lusos do século XIX que não assumiram a filiação histórico-linguística sobre-dita. No período renascentista, os primeiros gramáticos portugueses, encarregados de atribuir elegância, funcionalidade e riqueza à recém-normatizada língua portuguesa, também deixaram empoeirada, nada evidente a relação umbilical que houve e há entre o galego e o português. O meio encontrado para empanar a real história da língua portuguesa foi justamente estabelecer uma genealogia de mão única entre o latim e o português, marginalizando, assim, a língua Galega, língua essa de pessoas do campo, estigmatizadas, oprimidas constantemente pela cultura castelhana e as demais que constituem o território espanhol.

A fim de estabelecer uma aproximação entre o latim, língua de um povo conquistador, e a língua portuguesa, o gramático e historiador Duarte Nunes de Leão diz que “E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ela [a latina] e que é a maior que nenhuma língua tem com outra, e tal que em muitas palavras e períodos podemos falar que sejam juntamente latinos e portugueses”.

Não poderíamos deixar de registrar, no presente artigo, as palavras do intelectual Martín Sarmiento (1695-1772), uma vez que ele, em uma de suas obras sobre a língua galega, tacitamente se opõe à falácia linguística posta em discussão e reflexão pelos autores destas linhas. As palavras que abaixo serão transcritas nada mais são do que um claro sinal de lucidez, perspicácia e indignação em relação ao apagamento que a língua Galega sofreu ao longo dos séculos:

Duarte Nunes de Leão, português, escreveu um compêndio das crônicas portuguesas, uma geografia de Portugal, outro de ortografia portuguesa, e outro com este título: Origem da língua portuguesa. Esse título é semelhante ao que teria um livro disparatado, Origem língua andaluza, no qual não se fizesse menção de que era derivada do idioma castelhano. Origem da língua portuguesa sem mencionar que é derivada do dialeto galego é uma fábula, uma quimera, uma necessidade monstruosa, uma fanfarronada e um desvario [...] A

linguagem que hoje falam os portugueses e que se acha escrita nos livros até Duarte Nunes nem língua nem dialeto, mas um subdialeto da língua galega que hoje se fala e antigamente se escrevia. O que devia ter posto Nunes era a origem das vozes mouriscas, das brasileiras, das africanas e das asiáticas que jamais foram galegas, e com as quais se contaminou o primitivo dialeto depois das conquistas dos portugueses rumo ao sul.

Posto isto, nada mais nos resta a não ser difundir a versão apresentada na presente pesquisa, uma vez que ela, além de poder ser explicada por meio de uma análise rigorosa, pode servir também como estímulo para estreitarmos cada vez mais a relação entre os estudos relacionados ao Galego e os que dizem respeito ao português. Fazendo isso, poderemos amenizar, ainda que de modo ralo, o descaso em que foram mergulhadas injustamente a língua e a cultura Galega.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *O português não procede do latim: Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego*, 2011.

BARROS, J. C. A. Subjetividade e relativismo na história. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 2, n. 1, p. 7-19, jan./abr. 2011.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.

LEÃO, D. N. de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introd., notas e leitura: M^a Leonor C. Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

MONTEAGUDO, H. *História social da língua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.